

Apresentação

Neste número 47 da Revista Moara, o leitor encontrará catorze artigos dispostos da seguinte forma: um artigo, na seção *Artigos Diversos*, que problematiza a construção da posição do cientista que se inscreve em discursos de divulgação científica, e treze artigos reunidos em *Dossiê*, que interrogam a interface entre o político e o jurídico a partir de abordagens teóricas bastante diversas, evidenciando a atualidade da referida questão, o interesse de pesquisadores de áreas afins pela investigação acerca dessa interface e a urgência na tarefa de reunir essas diferentes contribuições, fazendo sua circulação nos centros de pesquisa. Desse modo, o encontro entre os diferentes temas, proporcionado por este volume da revista Moara, ainda viabiliza outro efeito de leitura: manifesta-se o vigor e o aprofundamento das questões levantadas e a intensa sensibilidade e conexão do ambiente acadêmico com os problemas que vêm assumindo centralidade na agenda nacional.

Pertencente à seção de Tema Livre, o artigo deste volume intitula-se “O cientista na divulgação científica: quem legitima quem?”. Nele, Angela Baalbaki identifica as imagens discursivas da posição do cientista, a partir da análise de textos que circulam na revista *Ciência Hoje das Crianças*. O interesse pelo referido material se insere, de acordo com a autora, no projeto de interrogar o “papel da divulgação científica no modo como se dá a produção e a circulação do conhecimento na nossa sociedade”. No texto, são observados efeitos de legitimação do discurso de divulgação científica, entre eles a presença do nome próprio do cientista e a da instituição de origem. Em sua análise sobre a posição do cientista, a autora problematiza a circularidade entre o lugar do cientista criado nos textos e a legitimidade da ciência reivindicada pela divulgação.

No Dossiê, entre as linhas que compunham sua chamada, ganharam força *a investigação de textos que se originam nos campos jurídico e/ou político, a partir de perspectivas discursivas variadas, a reflexão ampliada acerca dos sentidos do jurídico e/ou do político na contemporaneidade e a discussão da intersecção entre práticas discursivas dos campos jurídico e político na contemporaneidade*. O privilégio conferido a essas linhas parece sugerir pistas interessantes a respeito do modo como a interface jurídico/político vem sendo investigada e problematizada no âmbito dos estudos da linguagem e das ciências afins.

No que tange às abordagens discursivas, o leitor encontrará reflexões que se apropriam das teorias do discurso de base sociológica, das análises do discurso

centradas nas formações discursivas, na memória e no arquivo, na enunciação, na semiolinguística, nas análises críticas do discurso, na retórica, na sociolinguística interacional, na pragmática, e análise da conversação.

Outro aspecto que merece destaque reside na variedade das práticas de linguagem analisadas neste volume da Revista Moara, considerando que os autores se dedicaram a investigar práticas que remetem às esferas da atividade midiática, publicitária, legislativa, administrativa, judiciária, processual.

De um lado, observamos propostas de renovação do trabalho sobre o *político*, abordado como temática discutida nos textos, como campo institucional que elabora e põe em circulação discursos e, para além dessas duas dimensões, o político pensado como relações que se criam em qualquer texto. Nessa direção de investigações, o presente Dossiê oferece contribuições que permitem refletir acerca da dimensão paradoxal dos investimentos na ação política e, conseqüentemente, o apagamento da diversidade da ação política.

Em “Equivalência e processos de referenciação na construção identitária do movimento *Occupy Wall Street*”, Thaysa Maria Braide de Moraes Cavalcante e Maria Helenice Araújo Costa assumem a referenciação como um ato político. Segundo as autoras, a referenciação, além de pressupor uma negociação intersubjetiva, também pressupõe um conflito. A materialidade analisada consiste em textos a respeito do movimento Occupy Wall Street (ows), publicado em um blog. A partir das análises, os autores consideram ser possível estabelecer uma crítica social, ressaltando a elisão da ideia de “classe” do discurso de ows, preferindo a referência a “99%” contra o “1%”.

Em “Aqui se faz política, ali só se dança: criação de fronteiras discursivas entre participantes da Parada LGBT de São Paulo na mídia jornalística brasileira”, Victor Augusto Menezes Ribeiro e Poliana Coeli Costa Arantes investigam a apropriação do político pelo discurso jornalístico. Recuperando um histórico da Parada LGBT, os autores manifestam interesse por compreender a produção de subjetividades atribuídas aos participantes da Parada e, a partir dessa análise, problematizar o “lugar da política”. Como referencial teórico, encontram-se a Semiolinguística, as noções de pressupostos e subentendidos e operadores da Análise do Discurso. Os resultados apontam para um apagamento de modalidades diversas de ação política, por uma restrição a ações que seriam, segundo os autores, definidas como “prototipicamente politizadas”.

Na sequência, o político é abordado a partir da análise de textos oriundos do trabalho parlamentar, no âmbito da Assembleia Constituinte de 1933-1934, como se

observa em “Eugenia e imigração: diálogos com a Constituinte 1933-1934”. No artigo, Wallace Carvalho de Andrade e Maria Cristina Giorgi analisam a imagem discursiva de imigrante e seus efeitos na construção do racismo em debates na Constituinte, a partir das análises dos Anais da referida Assembleia. No artigo, é apresentada uma discussão historiográfica a respeito do tratamento conferido à temática do racismo e os discursos da eugenia, adotando, desse modo, uma perspectiva explicitamente multidisciplinar. Nas análises, os autores enfatizam a inscrição discursiva do racismo no debate legislativo referente à entrada de estrangeiros em território nacional.

No artigo intitulado “As técnicas argumentativas nos discursos de parlamentares do PSDB sobre o Mensalão em sessões plenárias da Câmara dos Deputados”, Elisabeth Linhares Catunda, Léia Cruz Menezes e José Olavo da Silva Garantizado Júnior analisam técnicas argumentativas utilizadas por parlamentares do PSDB, em pronunciamentos proferidos na Câmara Federal, no ano de 2013, abordando o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal, no caso conhecido como “mensalão”. Em suas análises, os autores partem dos pressupostos da nova retórica, avançando também em uma perspectiva textual. Como resultados, os autores enfatizam a relação observada entre as categorias analisadas e a reivindicação de legitimidade que os pronunciamentos dos parlamentares evidenciam para considerar o julgamento fundamental para sociedade brasileira.

O político é também compreendido em sua relação com o arquivo e a memória, em “Discurso, memória e identidades em *Uma carta pela mudança do Maranhão*: análise de uma peça publicitária da campanha eleitoral de Flávio Dino (MA-2014)”. Nele, Thayane Soares Silva e Mônica Silva Cruz discutem os efeitos de sentido que associam a memória do comunismo ao candidato Flávio Dino, nas eleições ao governo do estado do Maranhão, em 2014, cuja análise se centra em uma peça publicitária apresentada no horário eleitoral gratuito. O referido texto se destaca, de acordo com os autores, por compreender uma produção discursiva composta pelo escrito (a carta), o sonoro (sua leitura) e o visual, cuja sequência de imagens provoca uma tensão entre o pessoal e o público.

A reflexão acerca dos sentidos do jurídico e do político na contemporaneidade é trabalhada tanto no sentido de incentivar uma ampliação do político nas práticas de linguagem, quanto na direção de compreender a tensão que investe na judicialização da política e na politização da justiça.

Nessa direção, em “Dispositivos da análise institucional para a explicitação da dimensão política das práticas discursivas”, Décio Rocha e Bruno Deusdará partem da discussão a respeito do debate em torno do episódio da operação militar ocorrida no Complexo do Alemão, em 2010, no Rio de Janeiro. No referido texto, os autores propõem discutir a dimensão política dos textos, que, segundo eles, define-se pelo “sistema de alianças construído entre diferentes vozes apreensíveis em um texto”. Nas análises, recuperam-se conceitos oriundos da análise institucional, que, segundo os autores, podem caracterizar melhor os dispositivos analíticos, explorando-se, na sequência, marcas linguísticas tais como a negação polêmica.

Em “Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica”, Amanda Canterle Bochetti, Erick Kader, Jéssica Cantele de Freitas e Sara Regina Scotta abordam a variedade das esferas sociais nas quais o político é tema de debate. Para isso, os autores revisitam a concepção aristotélica de política. Com vistas à abordagem dessa variedade do político, no artigo, os autores propõem a seguinte tripartição: discurso político; discurso do político; discurso sobre política.

Em “Judicialização da política ou politização da justiça? Uma análise discursiva do Libelo Acusatório contra a presidenta Dilma Rousseff no processo de impeachment”, Georg Wink investe na tensão entre a politização da justiça a partir dos debates em torno o processo de grande repercussão na vida republicana brasileira, a saber o processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff e, em especial, uma análise do libelo acusatório. No artigo, o autor fornece referências diversas e atuais para o debate a respeito da judicialização. Do ponto de vista teórico, o autor faz referência à perspectiva ainda pouco explorada nas universidades brasileiras: a proposta de Siegfried Jäger. Tal proposta encontra-se em articulação com as discussões de Ruth Wodak. Nas conclusões, o autor ressalta o vínculo entre o debate em torno da judicialização da política e as ameaças ao processo democrático.

Investindo em um caminho bastante produtivo, um conjunto de artigos propõe a investigação de textos que remetem ao campo jurídico, ressaltando as contribuições dos estudos da linguagem para o desenvolvimento dessa interface, com contribuições efetivas para o diálogo com as ciências jurídicas. A esse respeito, em “O instituto da delação premiada como forma de obtenção da verdade”, Samara Pereira Alves e Edvania Gomes da Silva discutem os modos a partir dos quais o instituto jurídico da delação premiada se desenvolve como forma de obtenção da verdade e análise dos diferentes efeitos de sentido atribuídos à figura do sujeito delator. Na sequência, o artigo

problematiza as condições de emergência do instituto de delação premiada, situando sua constituição em texto de lei.

Em “O ato infracional e a prática jurídica processual: uma análise discursiva”, Rubeilton Guilherme Sales e Hildete Pereira dos Anjos propõe análise das práticas discursivas em processo de ato infracional, com o projeto de compreender que formações discursivas atravessam as referidas práticas. As discussões propostas no artigo inspeciona a dimensão histórica e sociológica dos debates em torno da adolescência e da criminologia. A partir da análise discursiva de textos que compõem o processo, os autores encontraram formações discursivas em embate acerca da adolescência.

Em “O corpo no Arquivo jurídico: uma análise discursiva sobre a prostituta”, Elizete de Souza Bernardes e Vanice Maria Oliveira Sargentini abordam as tensões em torno do modo como o “corpo da prostituta” é nomeado no arquivo jurídico-legal. A perspectiva teórica adotada manifesta interesse por conceitos como os de arquivo, memória e formação discursiva. Nas análises, as autoras problematizam os deslizamentos que se realizam entre o direito civil, o penal e o do trabalho.

Em “A negociação do desacordo mitigado como estratégia de (im)polidez por ministros do Tribunal Superior do Trabalho”, Rodrigo Albuquerque e Carolina Campos Pinto dedicam sua análise ao desacordo mitigado como estratégia de (im)polidez entre ministros do Tribunal Superior do Trabalho, durante sessões de julgamento. Na perspectiva teórica adotada, interessam aos autores noções como a de face e de preservação, explorando a diversidade de questões de natureza interacional e pragmática que emergem das referidas noções. No artigo, a partir de análise de excerto de sessão de julgamento, os autores exploram as estratégias observadas que denotam diferentes maneiras de lidar com a natureza conflitiva no ambiente em questão.

Em “Estereótipos e subjetividade na argumentação em sentenças judiciais”, Ana Lúcia Tinoco Cabral e Antonio Marcos Conceição analisam a argumentação presente em decisões judiciais e no modo com os juízes justificam as sentenças proferidas. Para tanto, elegem como materialidade a ser analisada um acórdão proferido por uma câmara civil do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em um recurso de apelação

interposto contra a sentença de primeira instância. Para compor suas análises, os autores propõem discussão que atravessa relação entre o papel do juiz e as condições de elaboração da sentença e também inclui discussão teórica a respeito da relação entre argumentação e estereótipos, evidenciando, desse modo, o vínculo entre a técnica jurídica e a inscrição sócio-histórica e cultural das sentenças proferidas.

Disponibilizamos, portanto, o número 47 da Revista Moara, com a expectativa que ele se torne referência para a pesquisa sobre práticas discursivas que se constituem nos campos jurídico e político e suas interfaces.

Prof.^a Dr.^a Fátima Pessoa

Prof. Dr. Bruno Deusdará